

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

DIALOGOS REGIONAIS – EL NIÑO 2026/2027

Região Centro-Oeste – Etapa Virtual

INFORMATIVO | 19 de agosto de 2026

Identificação e Contexto

O encontro virtual da Região Centro-Oeste ocorreu em 19 de agosto de 2026, às 19h30, integrando o ciclo nacional de Diálogos Regionais sobre o El Niño 2026/2027. O objetivo foi promover o diálogo entre Governo Federal e sociedade civil sobre os possíveis impactos do fenômeno, apresentar ações de preparação, prevenção e resposta e identificar vulnerabilidades, preocupações e recomendações dos territórios.

Participaram representantes da SG/PR, Casa Civil, CEMADEN, MDS, MPI, Funai e MDA, além de organizações da sociedade civil do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Abertura e Diagnóstico técnico

Na abertura, foi destacada a construção de uma cultura de antecipação e preparação, em substituição a uma atuação concentrada apenas na resposta posterior aos desastres. A Casa Civil apresentou a estratégia de prontidão permanente estruturada no tripé dados, ação antecipada e proteção social. Também foi enfatizado que as diferenças ambientais, sociais e territoriais fazem com que os impactos do El Niño não ocorram de maneira homogênea no país.

O CEMADEN informou que o Centro-Oeste apresenta elevado grau de incerteza por estar localizado em uma zona de transição climática. Entre os principais riscos apontados estão a intensificação das temperaturas, alterações no regime de precipitação, prolongamento dos períodos secos, maior ocorrência de ondas de calor e aumento das condições favoráveis aos incêndios florestais. Também foi indicada a possibilidade de vazões dos rios abaixo da média, com repercussões sobre disponibilidade hídrica, produção e ecossistemas.

Governo Federal: enfrentamento ao fenômeno

O MDS apresentou medidas de proteção social para situações de emergência e calamidade, incluindo repasses para acolhimento e abrigamento, estratégias do SUAS, simplificação e antecipação do BPC e do Programa Bolsa Família e ações de segurança alimentar.

MPI e Funai destacaram a atuação nos territórios indígenas, incluindo fortalecimento das brigadas, construção de poços e cisternas, armazenamento de água, apoio a cultivos de ciclo curto, restauração de áreas degradadas e formação de agentes ambientais indígenas. A Funai informou a atuação de 67 brigadas federais em 59 terras indígenas e a realização, em 2026, de pelo menos 108 ações preventivas. Também foram apresentados trabalhos de construção de indicadores de vulnerabilidade territorial e climática.

O MDA destacou ações voltadas à agricultura familiar, prevenção e combate aos incêndios e acompanhamento dos efeitos do fenômeno sobre produção e abastecimento, além da formação de estoques de arroz e milho pela Conab.

Perspectivas da sociedade civil

As manifestações evidenciaram a segurança hídrica e a proteção do Cerrado e do Pantanal como questões centrais. No Distrito Federal, foram destacadas a proteção das nascentes e áreas de recarga de aquíferos e preocupações relacionadas à mineração de terras raras e outros metais críticos. Em Goiás, foram relatados poços secando e dificuldades de abastecimento para sistemas

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas
irrigados, com defesa da adoção de cisternas e outras estratégias de armazenamento e gestão da água.

Em Mato Grosso, foram apontados riscos para agricultura, pecuária, emprego e renda, recursos hídricos, infraestrutura e serviços públicos, além da situação do Pantanal diante do acúmulo de períodos de seca, altas temperaturas e incêndios. Em Mato Grosso do Sul, destacou-se a necessidade de incorporar os saberes indígenas e tradicionais às políticas climáticas e foram manifestadas preocupações relacionadas à mineração, barragens, desmatamento do Cerrado e proteção do Pantanal.

Também foram defendidos o fortalecimento das brigadas indígenas e comunitárias, recuperação de áreas degradadas, proteção das nascentes, fiscalização ambiental, atenção à saúde diante do calor e da fumaça e participação efetiva das comunidades na formulação das estratégias de prevenção e adaptação.